

Leituras na esteira do galpão: catadores, território e educação ambiental

Rosa Maris Rosado & Álvaro Luiz Heidrich

Introdução

A temática dos resíduos sólidos urbanos (RSU) é fundamental na contemporaneidade, não só porque nela identificam-se as relações de produção e o modo de consumo adotado pela sociedade, mas porque parcelas significativas da população buscam nos resíduos uma fonte de sustento. Essa temática está relacionada com a luta contra a degradação ambiental, explicitando, no seu interior, a luta pela sobrevivência humana. Esse é o pano de fundo dessa publicação, a qual nos desafiamos a aceitar o convite dos organizadores e produzimos nossa contribuição acerca dessa temática. Esse texto objetiva destacar o papel do catador de material reciclável na gestão dos RSU a partir de um diálogo entre educação ambiental e os territórios estabelecidos pelos catadores de materiais recicláveis, destacando a relevância dessa figura, especialmente atual no contexto do período de implementação da Lei 12.303/2010, que cria a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A necessidade de compreender a complexidade ambiental de uma das Unidades de Triagem de Resíduos Sólidos Recicláveis de Porto Alegre/RS, a partir das práticas cotidianas dos catadores de materiais recicláveis que atuam no *galpão*¹, fez com que se desse o primeiro passo na elaboração de uma pesquisa de doutorado, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, sob a orientação de Álvaro Heidrich, que culminou na elaboração da tese intitulada “Na esteira do galpão: catando leituras no território

cotidiano da reciclagem do lixo de Porto Alegre/RS” (ROSADO, 2009), que nos serviu de base para a construção deste texto. Mesmo sendo esse o nome tecnicamente correto, optamos por nos referir ao *lixo* para não esquecer da relação que temos com os “restos oriundos da nossa atitude cotidiana de viver” e do forte conteúdo pejorativo que esse termo carrega. Na referida tese, o papel dos catadores na gestão ambiental da cidade e as suas identidades territoriais foram questões centrais abordadas por meio de uma trama de conceitos: redes, território, cotidiano, jogo, representações. Nela, procuramos argumentos que sustentassem o reconhecimento do microterritório cotidiano do galpão, com seu valor material (equipamento de geração de renda), simbólico (sentimento de pertencimento) e também cultural (espaço de representação). Baseamo-nos em narrativas acerca do vivido, das práticas e das conversas do cotidiano junto aos catadores, nas quais dialogamos na esteira do galpão, suscitando reflexões e enriquecendo o debate acerca da busca por uma outra globalização possível, e no combate à ditadura do consumo.

O termo *esteira* é empregado aqui com duplo sentido. No sentido empregado academicamente, para fazer menção ao teórico que fornece a base das reflexões aqui produzidas, valorizando os saberes da experiência dos catadores, colocando-os no mesmo patamar que os conhecimentos científicos acadêmicos, sendo estes primeiros a principal referência teórico-prática da referida tese. E, ainda, para fazer menção ao equipamento elétrico que dá mobilidade aos nossos resíduos no espaço do galpão (motivo de orgulho dos catadores, apontado nas narrativas).

¹ Termo empregado pelos catadores ao se referir ao seu espaço de trabalho. Ao longo do texto, adotamos termos presentes no cotidiano do galpão do Loteamento Cavallada, Porto Alegre/RS.

A experiência junto aos catadores nos auxilia na ampliação do olhar acerca da temática dos RSU, estimulando leituras que podem facilitar o envolvimento da sociedade com a questão, considerando que o conhecimento pode ser um passo para a sensibilização frente às questões relativas ao consumo exacerbado e suas drásticas consequências socioambientais.

Trata-se de atentar criticamente para os limites e as possibilidades das estratégias adotadas na gestão de resíduos sólidos, na perspectiva de contribuir para esse promissor campo de pesquisa no âmbito da geografia, para que esse possa servir como subsídio na elaboração de projetos e ações sociais relacionados a essa gestão.

As “consequências humanas da globalização” (BAUMAN, 1999) apresentam características e singularidades próprias, o que reforça a necessidade de se desenvolverem alternativas ao modo de produção e consumo e, também, estratégias capazes de combatê-la. O contexto parece exigir cada vez mais ações que estimulem a formação, não só de profissionais qualificados para a reciclagem² do *lixo*, mas cidadãs e cidadãos cada vez mais críticos e ativos.

A Educação Ambiental aparece explícita na abordagem dos resíduos sólidos, apontando as práticas cotidianas, individuais e coletivas, enquanto prioritárias na constituição de estratégias que forjem uma nova cultura com relação ao ambiente. Essa abordagem não é ideologicamente neutra, nem alheia a interesses econômicos e sociais, sua gênese dá-se dentro de um processo histórico-cultural, dominado pela expansão do modo de produção, pelos padrões tecnológicos gerados por uma racionalidade econômica guiada pelo propósito de maximizar os lucros em curto prazo e por uma ordem mundial marcada pela desigualdade entre nações e grupos sociais.

² Com relação ao emprego do termo reciclagem, mesmo que tecnicamente não se refira somente à triagem dos resíduos, pois envolve todos os procedimentos desde a segregação na origem até as transformações estruturais dos materiais que incluem a lavagem, fundição, extrusão, entre outros, optamos por utilizá-lo em vários momentos, a fim de reafirmar a relevância do papel dos catadores nesse processo como um todo.

Dessa forma, apontamos a íntima relação existente entre a dimensão política da educação ambiental e os espaços de atuação dos catadores, entendendo-os para além da geração de renda para subsistência de suas famílias, mas pela sua inserção no MNCR³, bem como pelo emprego de suas representações sociais, como a construção da sua identidade territorial, que fortalecem o reconhecimento do espaço do galpão enquanto território da reciclagem do *lixo*.

Mãos no lixo: Para além do estigma

A mão com que eu cato o *lixo*

Não é a que eu devia ter

Não tenho para ganhar

Na mesa da minha casa

O pão bom de cada dia.

Como não tenho, aqui estou

Catando *lixo* dos outros,

O resto que vira *lixo*.

Não faz mal se ficou sujo,

[...]

Por que fome não tem luxo.

A mão com que cato o *lixo*

Não é a mão que eu devia ter.

Mas a mão que a gente tem

É feita pela nação.

[...]

“Mão do lixo”, poema de Thiago de Mello

A problemática dos RSU veio à tona, nas últimas décadas, por meio dos estudos ambientais que demonstram que a capacidade de suporte do planeta Terra não sustentará por mais tempo os níveis do consumo adotados, fato explicitado pela escassez de recursos naturais e pelas consequências socioambientais decorrentes da geração de resíduos em excesso. O *lixo*, como expressão da sociedade de consumo, traz consigo todos os processos que o possibilitaram e o constituíram e as marcas da dominação cultural. Fica demonstrada a importância de se refletir sobre o termo que carrega preconceito e estigmas negativos, envolvendo até certo tabu.

³ Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

A atividade da catação de *lixo* no Brasil não é recente, data de quando a coleta de materiais descartados era feita individualmente por pessoas e, posteriormente, esses materiais eram encaminhados aos processos de reciclagem artesanais ou industriais. Esses materiais eram aproveitados como matéria-prima para as incipientes indústrias de transformação do recém-instalado parque industrial brasileiro.

(...) o garrafeiro sumiu, o papeleiro desapareceu... Entre nós - as fábricas humanas de lixo - e os sucateiros - cheios de pulseiras de ouro - restou um punhado de catadores [...]. Ficamos alheios no processo, sem nos preocupar com o destino dos materiais reaproveitáveis que insistimos em jogar fora. Como se a lixeira fosse um desintegrador mágico de matéria. (GONÇALVES, 2003, p. 93)

Tem se verificado um crescimento quantitativo vertiginoso da atividade da catação. Tanto nos lixões⁴, nas ruas e nas unidades de triagem, é a figura do catador que coleta, seleciona, classifica e separa os materiais recicláveis misturados ao *lixo*. Tais pessoas, de forma individual ou associativa, vendem o material triado a atravessadores, os intermediários, que, por sua vez, o vendem para as indústrias recuperadoras do país. Nessas últimas, o material é processado em um novo produto, sendo esse vendido ao comércio para o posterior consumo por parte da população.

Nos espaços urbanos, os catadores se encarregam de uma quantidade significativa de materiais recicláveis presentes no *lixo*. Embora isto venha se alterando muito nos últimos anos, ainda sofrem discriminação pelo trabalho que realizam. “O estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na autoimagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 24). Como os estigmas são construídos social, histórica e culturalmente, podem, portanto,

variar de acordo com o espaço. Isso significa que, ao estigmatizar as pessoas ligadas ao *lixo*, confirma-se a normalidade de quem dele tem uma relação distanciada, mas, por outro lado, une os que se aproximam espacialmente do *lixo*.

O *lixo* parece trazer, em muitos contextos, o estigma da morte, ao mesmo tempo em que não deixa esquecer a brevidade da vida. Por meio de significados negativos histórica e culturalmente atribuídos, surge o desejo de manter-se longe da sujeira, das pessoas e espaços a ele relacionados. Na vida cotidiana, são criados marcadores (físicos ou simbólicos) desses espaços: portas, tampas, muros, meios-fios, porta social, porta de serviço, entre outros. Quando, porém, aparece aquilo que não encontra lugar neste sistema binário (limpeza/sujeira), desafiando-o por não se enquadrar, surgem os problemas que exigem cuidados, pois ameaçam e provocam insegurança. O *lixo*, a sujeira e as pessoas ligadas a ele, podem ser considerados dentro de uma ambivalência. *Lixo* é uma “mistura de elementos pertencentes a categorias que devem ser mantidas separadas (seco e compostável, útil e inútil, privado e público...)” (RODRIGUES, 1995, p. 84).” Sujeira é, assim, a indistinção das fronteiras, escondendo a nitidez das separações.

Os estigmas associados ao *lixo* são deslocados para os que com ele trabalham. Para a população em geral, que gera o *lixo*, catadores, assim como garis, parecem se transformar, simbolicamente, nos culpados por seus resíduos, pois ao afastar o *lixo* de alguém, significa aproximá-lo de outro alguém. As práticas associadas ao *lixo* aparecem como símbolo da “baixa posição social”, deixando clara a relação de hierarquia, poder e distância. As pessoas que com ele trabalham carregam, assim, o signo da periculosidade, insalubridade e do risco, seja das parcelas mais economicamente favorecidas, seja do Estado.

Os catadores lidam com o *lixo* de forma bastante próxima, significando-o, classificando-o de forma diferenciada da sociedade em geral. Se há para esta última uma sensação de nojo com relação ao *lixo*, as representações sociais dos catadores diferem, sendo empregadas táticas para permanecer no jogo da reciclagem (ROSADO, 2009a). Apesar das duras

⁴ A Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que tramitou vinte e um anos no Congresso Nacional, estabelece aos municípios o prazo até agosto de 2014 para eliminar os lixões e implantar aterros sanitários, que receberão apenas rejeitos. Afinal, não se pode esquecer que ainda há toneladas por dia de resíduos e rejeitos sendo dispostos em aterros controlados, que são, muitas vezes, lixões disfarçados.

condições de trabalho, dos baixos rendimentos e do estigma social, a ocupação de catador, em geral, não é temporária, e são frequentes os casos de pessoas que trabalham com isso por toda a vida. A justificativa ambiental atribui mais dignidade à ocupação, ocorrendo uma espécie de “purificação” do *lixo* por quem com ele trabalha, que se converte em um importante agente ambiental urbano (ROSADO, 2009a).

A classificação dos resíduos é o que determina sua valorização pelos materiais que o compõem, que tem relações com o espaço em que se encontram. Essa classificação é derivada do “poder estruturante das palavras, da capacidade de prescrever sob a aparência de descrever” (BOURDIEU, 1996, p. 118). O *lixo* orgânico compostável, por exemplo, é considerado “sujeira” quando encontrado em um galpão de reciclagem, pode ser ressignificado como adubo em uma unidade de compostagem, contribuindo para a incorporação de nutrientes ao solo, portanto positivado pela nova atribuição que lhe é dada. No entanto, o foco não deve ser somente as formas de destinação adequadas, mas sim repensar o consumo e adotar medidas para reduzir sua geração, os primeiros “erres”. Os 4 erres são princípios básicos comuns em qualquer ação educativa que objetiva sensibilizar para a problemática dos resíduos sólidos (Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar)

Em espaços como o do galpão de reciclagem, rompe-se com a linearidade processo produção-distribuição-consumo-descarte-destino final, e se transforma num ciclo, fazendo retornar o que seria *lixo* com o imaginário da “ressurreição de objetos mortos” por meio da reciclagem. Na modernidade líquida, “a produção de mercadorias como um todo substitui hoje o mundo dos objetos duráveis pelos produtos perecíveis projetados para a obsolescência imediata” (BAUMAN, 2001, p.100). Podemos, então, visualizar o nosso modo de consumo, demonstrado nas diversas embalagens de várias cores, formas e materiais presentes no galpão. Ali podemos perceber o desperdício, os supérfluos, os excessos cometidos pela sociedade de consumo, que se desnuda e expõe sua verdadeira face, desmascarada pelas

ágeis mãos das mulheres catadoras⁵. O *lixo*, como possibilidade de renda, se transforma em matéria-prima que vai deixar de ser retirada da natureza. De certa forma, a natureza nesse espaço aparece disfarçada de *lixo*.

Catação de lixo, Coleta Seletiva e a “Mágica” da Reciclagem

O desemprego, os vínculos informais de trabalho e o incremento na geração de resíduos, entre outros fatores, produziram essa forma de trabalho no contexto urbano: a catação de resíduos. Os catadores de materiais recicláveis, conscientes ou não, têm papel fundamental na reinserção de materiais pós-consumo à cadeia de produção, realimentando-a, evitando a extração de bens naturais, sabidamente cada vez mais raros. Essa ocupação consta no Número 5192.05 da nova CBO, versão 2002, no qual se reconhece a profissão de Catador de Materiais Recicláveis, por meio da portaria ministerial 397/2002. Apesar do reconhecimento, ainda há muito a ser feito para que este se efetive na prática e na realidade de grande parte dos municípios brasileiros. Situados no que Milton Santos (2004) chamou de circuito inferior em termos de produção, distribuição e consumo, os catadores não se beneficiam dos progressos técnicos e das atividades a eles ligadas, pelo contrário. Nesse circuito, não há preocupação com acumulação de capital, trata-se, antes de tudo, de assegurar a vida cotidiana familiar.

Nas contradições da “sociedade de risco”, Ulrich Beck (1996) refere-se à “democratização do *lixo*” para caracterizar a gestão de resíduos sólidos. Embora suas afirmações refiram-se à Alemanha, sua interpretação serve, perfeitamente, para toda a América Latina. Afirma que, em geral, a indústria esconde-se atrás de uma pretensa questão ecológica e, fechando os olhos para as consequências ambientais de suas ações, tem convertido todo mundo em “selecionador de *lixo*”, em um processo de externalização

⁵ Nas Unidades de Triagem de Porto Alegre (Galpões de Reciclagem), as mulheres perfazem cerca de 70% do total de catadores associados.

gratuito, seguindo o seguinte lema: “já que não a produção, que se democratizem os resíduos”. Há uma aceitação da obsolescência programada dos bens de consumo, técnica ou culturalmente induzida como fato imutável. Isso gera efeitos econômicos, ecológicos, mas também culturais e sociais desiguais sobre diferentes regiões, populações e grupos sociais, dando margem a múltiplas perspectivas de análise.

A catação de *lixo* não é uma atividade qualquer. Além de reduzir a necessidade de extração de bens naturais, sabidamente cada vez mais exauridos, propicia uma reflexão profunda acerca do modo de produção e consumo adotados pela sociedade contemporânea, que é, em sua essência, explorador e degradador do ambiente. Reciclar resíduos sólidos é produzir a reinserção de materiais no ciclo de produção e consumo, como fonte de matéria-prima, reduzindo gastos públicos com a destinação final. Essa atividade envolve uma rede de relações sociais neste mecanismo que se alimenta de objetos considerados inúteis e, em algum momento, transformados em *lixo*.

Diversos tipos de latas, vidros, plásticos e papéis encontrados no *lixo*, ou classificados como *lixo*, por determinadas pessoas em certas situações, passam a serem vistos como mercadorias em outros contextos. Da mesma forma, algumas coisas podem ser vistas, ao mesmo tempo, simplesmente como *lixo* por algumas pessoas e algo mais por outras, revelando o caráter polissêmico do termo. Assim, no mundo reificado, o *lixo* assume duplo significado: como algo inservível e, por outro lado, como mercadoria.

O catador de material reciclável faz parte do ambiental do *lixo* e acaba, muitas vezes, resolvendo questões que o próprio sistema formal (Governo e Instituições) não conseguiu dar conta, sendo capaz de capturar, para o processo produtivo, o que foi jogado fora e tornar esse recurso, considerado inútil, novamente com valor de uso e de troca, criando produtos que poderiam ser derivados de reservas naturais: eis a “mágica” da reciclagem de *lixo* (MAGERA, 2003). No entanto, é cada vez mais impossível não perceber a armadilha que se encerra nessa “mágica”. A reciclagem, enquanto

“solução mágica” para o problema dos resíduos sólidos urbanos, não leva em conta a necessidade de remuneração dos catadores pelos serviços ambientais prestados à coletividade.

A segregação na origem dos resíduos facilita o trabalho do catador, tornando-o menos penoso. A implantação da Coleta Seletiva⁶ é necessária e legal. Esse tipo de coleta traz a possibilidade concreta de uma maior participação de cada cidadão/cidadã na gestão ambiental da cidade, mas requer vontade política dos governos municipais e compreensão por parte da população de que seu resíduo passa a ser coisa pública quando se mistura com as sobras dos outros.

Na medida em que parte do *lixo* passa a ser vista como algo revestido de valor monetário, tornando-se uma mercadoria, os interesses sobre ele passam também por uma ordem econômica, o que pode explicar o interesse manifesto de diversos atores.

Na catação de *lixo* nas ruas, esta forma determinada de inserção mobilizada no espaço urbano, o itinerário de recolhimento é adequado de acordo com as exigências dos próprios fornecedores, evidenciando uma significativa adaptabilidade do serviço informal fornecido. Em alguns casos, acordos informais ligam catadores a geradores de resíduos secos recicláveis e contribuem com a constituição de uma contraordem social, ainda que parcial e instável, na qual desenvolvem, com maiores garantias, as suas atividades, na contramão da coleta institucionalizada e regulamentada pelo poder público local (COLETTI & ROSADO, 2007).

Território na esteira do Galpão

O contexto de exclusão social, ou como preferimos “processos desterritorializantes”, ao qual são submetidas parcelas significativas da população, entre as quais os catadores de materiais recicláveis, há uma tendência ao fortalecimento das identidades territoriais, criando geografias alternativas forjadas, entre outras condições,

⁶ Embora o número de cidades com programas de coleta seletiva tenha dobrado de 2000 a 2008, ainda não perfaz 20% do total de municípios brasileiros (IDS, 2012).

pelo trabalho informal. Como comenta Rogério Haesbaert:

Enquanto a economia globalizada torna os espaços mais fluidos, a cultura, a identidade, muitas vezes, ressitua os indivíduos em micro ou mesoespaços em torno dos quais eles se agregam na defesa de suas especificidades históricas, sociais e geográficas (...). A exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais acaba, em vários momentos, tendo efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de espaços mais fechados, visando assegurar sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar o mínimo de dignidade. (HAESBERT, 2002, p. 92).

A reflexão sobre o processo de “inclusão social por meio da política pública da reciclagem”, a partir de um galpão de reciclagem, nos instigou a vários questionamentos. Esse espaço social não se restringe à materialidade de objetos e ações, mas pode também ser compreendido pelas representações e símbolos espaciais que os catadores dele fazem, que têm repercussões muito importantes nas práticas cotidianas.

É nesse sentido que compreendemos o galpão de reciclagem do Loteamento Cavahada como um microespaço, conectado a redes locais e globais. Por meio das empresas recicladoras associadas a investimentos e projetos transnacionais, mas por outro lado, através das articulações do MNCR com outros movimentos de mesmo cunho, em especial, na América Latina. Esse espaço consolida diferenças e torna-se uma estrutura estruturada e estruturante, ou seja, produz práticas cotidianas de maneira quase autônoma. Assim, essas práticas definem simultaneamente o lugar, a relação dele com o local e com o global, pois, do microterritório cotidiano do galpão na cidade ao mercado global da reciclagem, há um universo de desigualdade a ser desvelado e compreendido por meio das representações imersas nesse espaço. Percebemos, a partir da vivência junto aos catadores, o galpão como um lugar carregado de um conjunto de experiências e relações de essência afetiva e simbólica, que se dão no/com/através desse espaço, portanto, sendo fonte de uma parcela da identidade das pessoas que nele estabelecem suas práticas cotidianas.

A noção de território é compreendida como uma referência para pensar o galpão enquanto espaço apropriado e ressignificado pelas práticas cotidianas dos catadores, em uma perspectiva que valoriza os atributos políticos e culturais dos grupos. Entretanto, não subestimamos o peso das determinações econômicas e sociais na gênese desse território, nem procuramos minimizar o impacto na rede na qual esse território se assenta, mas procuramos interpretar as relações socioespaciais expressas nas práticas cotidianas no galpão.

Realizamos um levantamento das diferentes abordagens do território no sentido de uma melhor compreensão do fenômeno estudado, “catando” aquelas que emanam da natureza complexa das relações que estabelecem o galpão enquanto território. Seriam necessárias inúmeras páginas para descrever a polissemia desse termo e a complexidade dos fenômenos espaciais que interferem no seu conteúdo semântico. Mas a intenção foi de pinçar entre o emaranhado de abordagens do território a que melhor explicita as relações socioespaciais experienciadas no espaço do galpão.

As discussões mais recentes sobre o território incorporam cada vez mais esse componente cultural/simbólico, considerando que o território carrega sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural, e uma dimensão material envolve relações econômicas que, geralmente se entrelaçam com a política, estabelecendo-se na relação entre o domínio e a apropriação (LEFEBVRE, 2000). O domínio está relacionado à dimensão política, econômica e funcional, enquanto a apropriação pode ser subjetiva, simbólica/cultural. Muito embora o material e o simbólico sejam indissociáveis, dependendo do que está em jogo no momento, o território ganha feição mais funcional ou mais simbólica. O caráter sobreposto do espaço social ao território confere a possibilidade deste ser alçado em auxílio a um determinado contexto de relações de força (SACK, 1986).

Priorizando mais as relações projetadas no espaço do que propriamente o espaço concreto,

o geógrafo Marcelo Lopes de Souza aborda o território com enfoque político e também cultural, visto que este autor identifica, nas grandes metrópoles, grupos sociais que estabelecem relações de poder, formando territórios a partir dos conflitos originados pelas diferenças culturais. Ele trata, portanto, das relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial. Em suma, sempre que houver seres humanos em interação em um dado espaço, primeiramente transformando a natureza, espaço natural, por meio do trabalho, e depois criando continuamente um valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estaremos diante de um território. É, portanto, inconcebível que um espaço, que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho, possa deixar de ter sido territorializado por alguém (SOUZA, 2006).

Essa abordagem contribuiu, de maneira significativa, para o entendimento do galpão, para além de um espaço de geração de renda. Privilegiando as transformações provenientes do poder no território, o autor em questão aponta a existência de territórios múltiplos nas grandes cidades, como os territórios de gangues, da prostituição, dos homossexuais, de jovens, entre outros. Na proposta de flexibilização da noção: “território é um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define ao mesmo tempo um limite e uma alteridade: a diferença entre nós (os de dentro, o grupo, a comunidade, os *insiders*) e os outros (os de fora, os estranhos, os *outsiders*)” (SOUZA, 2006, p. 86). O território pressupõe então relações de poder, que circulam nas redes e dessas para o espaço.

O território envolve sempre ao mesmo tempo uma dimensão simbólica, cultural, através da identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo uma forma de apropriação) e uma dimensão mais concreta, de caráter político disciplinar (político-econômico): a apropriação do espaço como forma de domínio e “disciplinarização” dos indivíduos (HAESBERT, 2004, p. 94).

A par dessa complexidade, o geógrafo Rogério Haesbaert elaborou uma classificação das

diferentes abordagens do território nas quais se enquadram três vertentes básicas: 1) política, a mais difundida, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente de caráter estatal [...]”; 2) cultural, que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita por meio do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço [...]”; 3) econômica, que aponta o território “como fonte de recursos e destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate capital-trabalho” (HAESBERT, 1994, p. 40).

A criação do território como uma configuração do espaço é uma demarcação humana, não elimina a sua ocorrência absoluta, única e indivisível, se o considerarmos como a total amplitude das possibilidades de localização de objetos e seres, bem como das possibilidades de relações entre os mesmos (HEIDRICH, 1998). A demarcação de territórios objetiva “impor o domínio humano sobre a existência em geral”, tanto sobre as condições de extensividade como as de contiguidade e de vizinhança. O território consolida-se pelos vínculos territoriais de apropriação no sentido de posse, a adequação, a valorização, por meio da prática humana na criação de uma estrutura ligada à sobrevivência e consciência do espaço, revelando sentimento de pertencimento (HEIDRICH, 2004). “O território passará a existir tão somente quando se definirem: (1) uma relação de apropriação das condições naturais e físicas, por uma determinada coletividade e (2) uma organização das relações, de modo a particularizar a coletividade humana como uma **comunidade**, por isso mesmo, diferenciada de outras e, pelo mesmo critério, **a delimitação do acesso**, do domínio e da posse ao interior da comunidade constituída” (HEIDRICH, 2000, p. 26, grifos no original).

Após o estudo de diferentes abordagens acerca do conceito de território, vislumbramos a perspectiva integradora, que congrega essas múltiplas dimensões do território, como a capaz de evidenciar a riqueza das relações socioespaciais

que se manifestam na aparente pobreza deste espaço: o galpão. Diante da complexidade do galpão, a abordagem que nos pareceu mais pertinente é a que propõe uma leitura mais ampla desse território, isto é, para além de ser um espaço de geração de renda (dimensão econômica), incorporando os laços afetivos entre as catadoras e sentimento de pertencimento ao grupo (dimensão cultural/simbólica e afetiva) e das relações de poder internas e externas a ele (dimensão política).

A base física material, o prédio da associação de catadores, torna-se microterritório a partir de uma relação de apropriação, que não requer a propriedade formal, mas pode ser simplesmente da consciência de que “esse é o meu lugar”. Os que lá trabalham tendem a ser vistos como iguais, por atuarem juntos, por estarem submetidos às mesmas regras, por resignificarem o *lixo*. Enquanto os que se encontram “fora”, que não trabalham juntos, são vistos como estranhos ou, algumas vezes, como “espiões” ocorrendo até mesmo uma certa desconfiança por parte do grupo com relação aos reais interesses da aproximação. As relações de poder, interna e externamente ao território cotidiano da reciclagem, portanto espacialmente mediadas, constroem e/ou reforçam a identidade de grupo, os “de dentro”, de certa forma os distinguem dos demais, os “de fora”.

Ocorre que é no espaço social e culturalmente apropriado, também dotado de significado, o galpão, assim como ocorre em todas as situações constituidoras do poder, que este venha de baixo, sem expressar por “uma oposição binária e global entre dominador e dominado” (RAFFESTIN, 1993, p.53). Trata-se também de uma visão ampliada do poder que apreende a concepção de “poder simbólico”, na ótica de Bourdieu⁷, envolvendo a produção dos significados. No cotidiano do galpão, percebe-se esse poder quando a carga é colocada no chão e pode significar que não receberão mais cargas naquele dia.

O espaço do galpão é transformado em

território pelas práticas cotidianas dos catadores sendo atravessado pelo discurso ambiental, focado na necessidade de aproveitamento dos chamados materiais pós-consumo, devido à reconhecida raridade dos chamados bens naturais. Dessa forma, assim como a questão ambiental que o atravessa, esse microterritório necessita de uma abordagem múltipla de saberes para sua compreensão, incorporando os saberes dos catadores.

O galpão é um espaço preferencial de socialização: “gostamos de trabalhar no galpão porque é tranquilo, a gente trabalha à vontade, não tem patrão pra encher o saco”, nos disse um catador. Essa fala chama a atenção para o que afinal significa a catação de lixo? Quando conversamos sobre “onde estaria se não tivesse no galpão”, algumas catadoras responderam que iriam trabalhar com outras atividades que sabem fazer, como: serviços gerais ou em “casa de família” (como empregada doméstica); já outras(os) responderam: - “Não saberia o que fazer”. Algumas (alguns) já haviam saído do galpão e voltaram. O galpão representa o “ganha-pão”, mas para muitas(os) é muito mais, pois falam das conquistas, das lutas da convivência e as brincadeiras, da ludicidade, que quase sempre está presente nas conversas das mulheres em frente ao cesto de triagem. Encaram a vida “numa boa”, isto é, na dor e na alegria de serem o que são, catadores e catadoras. A dignidade que a acompanha no seu cotidiano em meio ao lixo está na base do seu reciclar a vida (ROSADO, 2009).

Pensamos que a abordagem que trabalha com a noção de território como um híbrido, obtida a partir de uma **visão caleidoscópica**, no sentido da variedade de formas e de múltiplas possibilidades de leituras, se demonstra mais bem articulada e conectada com a complexidade ambiental desse contexto, no qual o grupo social partilha de um espaço que integra seu sustento econômico, sua vida política e cultural.

O território cotidiano da reciclagem é interpretado a partir da força desse lugar que une os catadores, que lhes oferece, além da possibilidade de recursos para manterem suas famílias dentro de condições específicas de vida e trabalho, a possibilidade de participação de redes mais amplas. Mesmo sendo explícita a relação com a economia, a experiência do galpão está, implicitamente, imersa na dimensão política e cultural. Por isso, nos resguardamos de afirmações

⁷ O poder simbólico é, para o autor, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 1990).

generalizantes, afinal cada grupo social produz seu território em consonância com suas crenças, valores, embora as pistas fornecidas nas práticas cotidianas nos subsidiem, esses elementos não estão tão explícitos assim.

Os vínculos territoriais (HEIDRICH, 1998), são resultantes de concepções que o grupo detém do espaço, por eles valorizado e apropriado. Entendemos esse microterritório, partindo de uma base material (prédio do galpão), estabeleceu-se na apreensão de significados e representações que se constituem em condição para as referências identitárias associadas ao espaço ocupado no passado. Trazemos leituras desse território e os elementos para refletir sobre a constituição das territorialidades que emergem no contexto da reciclagem do *lixo* como formas de apropriação do espaço urbano.

Para interpretar suficientemente as relações socioespaciais aí presentes, devemos lembrar primeiramente tratar-se de um jogo, no qual a reprodução social vai depender do saber jogar nesse mercado, ou seja, a reprodução depende da estratégia das famílias (trocas simbólicas, tal como apontado por Bourdieu). Segundo ponto a ser lembrado, são os efeitos da unificação do mercado de bens simbólicos e econômicos, ou a mudança nas regras do jogo. Na ótica da rede social, refletindo a estratégia com fim de sobrevivência no meio social fica em lugar secundário, as determinações estruturais e coletivas e muros invisíveis são erguidos, criando-se assim um *habitus*⁸, ou melhor, valores que são tidos tanto como verdadeiros, quanto como invenções do cotidiano.

O território é catalisador da identidade cultural do grupo e, ao mesmo tempo, fonte de recursos para sustento das famílias. Assim, nesse território cotidiano da reciclagem, forja-se o *habitus* catador, objetivado como relação entre similaridade instituída, fundamentando um “poder simbólico”

⁸ *Habitus* é uma das noções mais relevantes do pensamento de Pierre Bourdieu (1997): “um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes”, em outras palavras, é um conjunto de características internalizadas pelas experiências sociais de pessoas ou grupos, na forma de maneiras de agir, perceber e pensar, que os leva a organizar sua conduta e suas escolhas.

(BOURDIEU, 1990), por assumirem o mesmo processo de ressignificação do *lixo* e determinadas relações internas e externas ao galpão, deixa de ser somente um espaço de trabalho. Afinal, o que importa é a necessidade de legitimação social do grupo por meio do reconhecimento do espaço que ocupa na cidade, na sociedade.

Território e Territorialidade na Reciclagem do *lixo*: Identidade e diferença

O território é fonte da identidade do grupo e desloca o olhar da subordinação das classes populares para a criação e reinvenção do cotidiano, não no intuito de negar a força do poder formalmente instituído, nem de encobrir desigualdades políticas fundamentais, mas sim de explorar, plenamente, outras dimensões e possibilidades presentes nesse contexto. Afinal, “toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa, e ao separar de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos ou grupos” (HAESBAERT (2004, p. 89).

Na constelação de elementos que orbita no território cotidiano da reciclagem, temos, assim, a identidade e a diferença que perpassam cotidianamente o galpão. A identidade se dá em relação ao outro, não catador, que não é o mesmo, e a partir do qual se pode afirmar a diferença, assim ser catador não é uma identidade que se dá determinada em si mesma, mas na enunciação, nas conversas, nas falas expressas no galpão. A identidade assumida pelo grupo social é territorial, pelo fato de os catadores reconhecerem-se como pertencentes ao território cotidiano da reciclagem – o galpão.

A territorialidade, no enfoque relacional de Raffestin, reflete a multidimensionalidade do vivido, assim é comum relacionar ao espaço em que habitam membros de uma coletividade. Segundo esse enfoque, os seres humanos vivem ao mesmo tempo o processo e o produto territoriais, por meio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. A rede, com elos majoritariamente familiares, assegura o controle do/no espaço do

FIGURA 1 - Esteira elétrica no Galpão.



Fonte: Rosado, 2009.

galpão, sendo esse mediador da organização do grupo. Sem se darem conta, os atores modificam quem deles se aproxima e também modificam a si próprios nessa interação.

“Elas”, da diretoria, e “nós”, demais associados: as conversas são marcadas por uma separação simbólica e efêmera, demarcada por um “microterritório” do escritório e de outros espaços do galpão. Em outros momentos, essa divisão se dissipa, e retorna no período de pagamento e nas negociações de venda. Os questionamentos, tensões na partilha ou a compreensão, a flexibilidade, são exemplos desse jogo ambivalente entre ordem e desordem, vivenciado no cotidiano do galpão.

A territorialidade é a forma de manter o contexto por meio do qual os catadores experimentam o trabalho com o *lixo* e a ele atribuem significados diferenciados da sociedade em geral. Dessa forma, a ligação entre eles, e no espaço interior do galpão, é próxima, não somente por serem colegas de trabalho, parentes ou vizinhos, mas porque se conectam também pela resignificação do *lixo*. O território marcado por esse vivido é palco dessa sociabilidade diferenciada, fruto das relações estabelecidas pelo grupo, que, portanto, compartilha a identidade, bem como os bens simbólicos associados ao espaço. Assim, em diálogo constante com marcas inscritas no espaço, são articuladas representações específicas acerca do *lixo*, que são produto e condições para o estabelecimento do território cotidiano da reciclagem.

O gesto mais básico de acolhimento, oferecer um assento em um fardo de papel para o visitante sentar, manifesta uma conduta territorial que carrega certa ambivalência. Se, por um lado, proporciona conforto ao visitante, por outro lado, pode ter como objetivo fixá-lo ao lugar atribuído, reduzindo sua mobilidade no interior do galpão. Mas há muitas outras formas de delimitação que são adotadas nessas práticas cotidianas, pois é na particularidade de cada situação que o *habitus* catador manifesta-se sobre esse local, marcando a identidade territorial.

O controle do espaço do galpão relaciona-se com a manutenção dos meios mais imediatos e ligados ao sustento das famílias pela geração de renda a partir da catação de *lixo*. Embora esse controle mude, ao longo do tempo, pois a territorialidade pode assim ser ativada ou desativada, conforme o contexto social e político. No caso, a relação mais importante com o território se define por uma lógica de diferenciação pelos vínculos estabelecidos com a vizinhança, pois o acesso é restrito a membros do antigo local de moradia, a Vila Cai-Cai. Essa forma de controle é decorrente da identidade territorial ligada ao passado, fato associado ao processo de territorialização que, ao mesmo tempo em que vincula esse grupo, desvincula outro.

O grupo em questão apresenta forte identidade ligada ao passado, guardando lembranças boas da vida e do lugar em que habitavam às margens do Lago Guaíba, Porto Alegre. Nas conversas sobre esse tema, afirmam que as árvores que plantaram ainda permanecem no local, onde hoje há uma praça⁹. No loteamento onde foram reassentados não havia uma árvore sequer, queixam-se. O sentimento de pertencimento à Vila Cai-Cai parece ser transferido para o espaço do galpão, visto não haver mais o correspondente na esfera do habitar, pelo menos não tão próximo concretamente quanto no passado, esse passa a se referenciar à esfera do trabalho. O galpão se constitui, pelo menos em um determinado momento, como referencial espacial à identidade desse grupo social que apresentava fortes laços comunitários relacionados à Vila Cai-Cai, mas também relacionado à condição de trabalho associada à catação de *lixo*. Na história do Galpão, o grupo se estrutura a partir/com/no/através da Vila Cai-Cai, desterritorializa no Loteamento Cavahada e se reestabelece, reterritorializa no galpão, tendo-o como seu microterritório. Nesse sentido, a memória da Vila Cai-Cai permanece na composição da identidade desse grupo como um lugar onde as relações existentes no galpão se iniciaram, como uma espécie de “mito de origem”.

⁹ Nas proximidades do antigo Estaleiro Só e do atual Museu de Artes Iberê Camargo, Bairro Cristal, Porto Alegre/RS.

Figura 2- Cesto de recebimento de cargas.

Fonte: Rosado (2009).

Nossa história começa na Vila Cai-Cai, na rua Padre Cacique, onde morávamos e trabalhávamos puxando carrinhos e em outras atividades na rua [...]. Quando foi construída a avenida Beira Rio, ficou muito perigoso e passou a ser área de risco. Então, em 1995, começamos as remoções para o Loteamento Cavalhada e as reuniões para unir o pessoal e começar um trabalho em grupo para fundar uma associação. A inauguração do galpão foi em agosto de 1996, com estatuto, regimento interno e vinte sócios-fundadores. Recebíamos dois caminhões de material por dia e tínhamos uma prensa. [...] Em 2000, tivemos uma grande perda. Numa madrugada de sábado, acordamos com estouros e gritos: Fogo! Fogo! O galpão estava pegando fogo e, mesmo no desespero, conseguimos salvar os equipamentos. Apesar de o galpão ter ficado em ruínas, tivemos apoio para sobreviver, principalmente de outros catadores e de compradores. Conseguimos verbas para reconstruir o galpão através da ajuda da prefeitura, de moradores da vila e de compradores. [...] Temos orgulho da nossa história e do nosso trabalho e queremos passar a todos uma mensagem de luta e otimismo (texto coletivo dos catadores extraído da publicação **Lixo não é Lixo** lançada no em 2002).

As relações próximas, internas ao galpão, potencializaram a articulação externa de membros da associação que, atualmente, são identificados como lideranças do MNCR (em nível nacional), tanto pelo poder público, como pelos próprios catadores. Considerando-se a fragilidade contemporânea do Estado, esses lugares, ligados por redes, podem polinizar outras lutas e ajudar a instaurar uma sinergia transformadora, que pode permitir aos atores a ampliação de seu repertório de táticas contra os efeitos nefastos da globalização. Esse grupo produz territorialidade, mas em um território instável e fragilizado, que envolve, ao mesmo tempo, uma dimensão mais concreta, de caráter político-econômico, como forma de ordenação do espaço urbano, estratégia de disciplinarização da coleta de *lixo* nas ruas da cidade, até uma dimensão simbólica e cultural por meio de uma identidade territorial atribuída ao grupo como forma de controle e apropriação

do galpão, territorialidade de resistência. Essa territorialização precária se constitui como embrião de reterritorialização reflexiva que acredita na luta por reconhecimento e legitimação do seu fazer no espaço urbano.

Embora a territorialidade fosse desenvolvida a partir do acesso ao recurso, galpão enquanto equipamento público de geração trabalho e renda, a partir desse, tornou-se possível a articulação com redes externas, locais, nacionais e internacionais (por meio do MNCR). Essa possibilidade de ampliação da visão do jogo por meio das redes é um dos aspectos relevantes na apropriação do espaço, que pode ser visto como fonte da identidade catadora a partir da valorização e consciência do seu papel na gestão de resíduos recicláveis.

Desterritorialização, territorialização precária ou reclusão territorial na cidade

O meio urbano é um microcosmo sociedade/natureza que transcende essa lógica de simplificação. Nele, se tecem redes e conexões que dependem de várias instâncias, nenhuma delas se pode controlar totalmente, porque nele se dão intersecções de redes mais e mais amplas, produzindo fenômenos rizomáticos, sendo necessário vê-lo também como um ecossistema¹⁰. Para entender o metabolismo desse ecossistema é preciso articular análises das causas econômicas, sociais e culturais do crescimento das cidades com a análise física dos insumos de energia e matérias, aliada à análise física da excreção urbana. Pode-se ir além, passando a compreender a cidade como fenômeno global e sua relação com os componentes da superfície da Terra, a tecnourbesfera¹¹, tal como nos propõe o geólogo Rualdo Menegat

¹⁰ Por definição, ecossistemas são comunidades de organismos que interagem entre si e sua relação com o ambiente em que vivem. Nós, seres humanos, somos “organismos que interagem entre si” e o ambiente físico em que vivemos é cada vez mais a cidade. Logo, a cidade acaba sendo um ecossistema que engloba o ambiente construído e os ambientes ecológico, social, econômico, cultural e político.

¹¹ “A tecnourbesfera é definida como a totalidade física urbana que inclui o sistema construído e as porções da litosfera, hidrosfera, atmosfera e biosfera, por ela transformadas” (MENEGAT, 2008).

(2008). Esse autor nos instiga a questionar o lugar da tecnourbesfera no sistema Terra para que possamos saber o lugar da humanidade na cidade.

Os ecossistemas urbanos apresentam características comuns de ecossistemas mais complexos, entretanto, ultrapassando sua abrangência, são afetados e afetam a biosfera como um todo. O conceito de metabolismo das cidades consiste no balanço da entrada de recursos e saída de resíduos, sendo que esse deve ser central, quando se pensa e concretiza a gestão ambiental urbana. Esse metabolismo urbano é gerador de territórios.

Uma cidade compreende um conjunto de atividades sociais e econômicas que necessita de matéria e energia para o seu desenvolvimento. Funciona como sistemas abertos, que captam insumos do ambiente - por exemplo, água, madeira, combustíveis fósseis, biodiversidade - e devolvem produtos, serviços e resíduos em excesso ao final do ciclo. Os resíduos gerados nesse processo, além de não substituírem por total os bens naturais, em quantidade ou qualidade, promovem impactos negativos ao ambiente natural.

Do ponto de vista pragmático, poderíamos afirmar que as questões ligadas à gestão territorial urbana, onde se inserem as chamadas questões socioambientais, como a gestão dos RSU, têm sido cada vez mais centrais para alimentar o debate acerca da abordagem territorial e repensar o conceito de território. As políticas de ordenamento territorial-urbano deixam mais clara a necessidade de considerar o caráter político do jogo entre os macropoderes, políticos institucionalizados e os micropoderes, muitas vezes simbólicos, produzidos no cotidiano das comunidades urbanas, considerar seu caráter integrador como “ambiente” é ser capaz de reconhecer e tratar o espaço em suas múltiplas dimensões (HAESBAERT, 2004.)

O galpão, inserido no meio urbano, é parte integrante do mercado e espelha a sociedade de consumo. Nesse contexto, o mundo é a cidade e ela se expressa nesse espaço que contribui para a ótica de que a cidade deva olhar para si mesma. Ao realizar a leitura desse espaço, a cidade, pode

senti-lo integrado à gestão dos resíduos, à gestão ambiental, e, abandonando a cegueira do consumo desenfreado, vir a refletir sobre a real necessidade de buscarmos a nossa humanidade.

Em referência à exclusão e a **desterritorialização**: [...] “partimos do pressuposto de que toda a pobreza e, com mais razão ainda, toda a exclusão social é também, em algum nível, exclusão socioespacial, e por extensão, exclusão territorial – isto é, em outras palavras desterritorialização” (HAESBAERT, 2004, p. 315). Desterritorialização, aqui é vista em seu sentido forte, ou aquele que podemos considerar o mais estrito, a desterritorialização como exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto recurso ou apropriação (material e simbólica) indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade. Rogério Haesbaert explica que, na desterritorialização, podem existir situações em que, apesar de “territorializados” no sentido funcional mais concreto, podemos estar mais desterritorializados no sentido simbólico-cultural, sendo o contrário também possível. Pode-se dizer que a relação de exclusão social pode representar a desterritorialização ou territorialização precária. Consideramos que, no galpão, ocorre uma **territorialização precária**, pela sua instabilidade, pois identificamos que, com o aparecimento de novas dificuldades, a territorialidade se dissipa e outras táticas são buscadas para permanecer no jogo da reciclagem.

Com a fragilidade e enfraquecimento do território cotidiano da reciclagem, o controle se exerce de outra forma, mas isso não impede que ainda exista uma identificação entre os “de dentro” do galpão, no microterritório. A perda de vínculos econômicos, culturais, políticos ou sociais, implica no afastamento do indivíduo, ou da coletividade, da condição territorial presente naquele momento. A mudança de gestão na administração municipal, por exemplo, significa alteração das relações políticas entre catadores e o poder público local. Esse fator, somado aos baixos ganhos, decorrentes da queda da quantidade de materiais recicláveis que chegavam ao galpão (pelo acirramento do conflito entre coleta formal

e informal), pode provocar a perda, mesmo que de forma provisória, de vínculos territoriais. Isso produziu, em um dado período, o afastamento de pessoas que assumiam centralidade nas redes internas ao galpão, fragilizando a sua condição, enquanto território. Nesse contexto, se evidencia que qualquer processo de territorialização ou o fortalecimento/enfraquecimento de tais vínculos depende da invenção de novas relações socioespaciais. Assim, essa “inclusão social”, via Coleta Seletiva se apresenta como um processo precário demonstrado na situação de instabilidade vivida pelo grupo, no que diz respeito aos vínculos de convivência social, que se esvaem diante de contextos econômicos e políticos adversos.

Interpretamos que o fenômeno da catação de *lixo* em Porto Alegre também pode ser caracterizado a partir do caráter político-disciplinar do território cotidiano da reciclagem, como um processo de **“reclusão territorial de exclusão”**, na qual se “disciplinou os corpos por meio de um biopoder¹²”, mantendo “imóveis”, aumentando ainda mais a invisibilidade dos catadores na cidade. Significa que, ao melhorar as condições de trabalho dos catadores, que antes circulavam livremente nas ruas da cidade, incluindo-os em um “equipamento público de geração de renda”, também se procede sua reclusão territorial, pois ocorre o controle da mobilidade e se intensifica a invisibilidade, que, antes simbólica, se torna também material. Haesbaert (2004) trata o termo reclusão territorial como sendo um processo de exclusão, disciplinar e biopolítico, para manter “longe do olhar dos civilizados, a incivilidade, vida nua”. Apesar de ser crueldade, de fato as pessoas não querem ver quem vive dos seus restos, não querem enxergar quem vive do seu *lixo*, pois isso lhes coloca como corresponsáveis pela precariedade dessa condição no ambiente urbano. Fato que expressa uma ambivalência crucial, pois: Quem de fato retira da vista dos consumidores os seus vestígios do dia?

O número de catadores tem crescido e aparecido com suas carroças e carrinhos nas ruas das cidades.

¹² Esse termo foi introduzido por Michel Foucault (1988) para a dimensão do poder que incide diretamente e de maneira planejada sobre a vida das populações.

O trato preconizado pelos que detêm o poder econômico é o de decretar o “fim das carroças e dos carrinhos de mão”¹³, na medida em que a preocupação se volta à mobilidade urbana, principalmente para o trânsito de automóveis, devido aos congestionamentos provocados pela circulação de um número cada vez maior de veículos para o transporte individual. Dessa forma, o estudo das representações de uma população à margem da ordem socioeconômica, e também transgressora do ordenamento socioespacial urbano, adquire pertinência crescente no contexto contemporâneo.

Eis a grande armadilha da reciclagem, cuja importância tem sido, cada vez mais, exaltada, como relevante para a sustentabilidade planetária, no entanto, os atores que a realizam no cotidiano das cidades ainda seguem sob olhar discriminador ou indiferente¹⁴. O que está em jogo, além dos diversos valores atribuídos ao *lixo*, é a disputa em torno do seu espaço de geração – a cidade.

O Ambiental pelos de baixo

Quando tu vê uma reportagem de educação ambiental, no jornal ou numa televisão, quase sempre, nunca quem fala é quem trabalha na área de reciclagem de resíduos, geralmente é um engenheiro ambiental, um professor na área de educação, especialista. Os catadores podem não ter estudo, mas têm muito conhecimento da prática (trecho de conversa no galpão).

A fala transcrita acima reflete firmemente a necessidade dos catadores terem voz, de serem ouvidos e, sobretudo, de terem seus conhecimentos valorizados e considerados no campo do *lixo*¹⁵.

¹³ Referência à polêmica Lei Municipal nº 10531/08 que institui o fim da circulação de veículos de tração animal e humana em Porto Alegre.

¹⁴ Apesar de a PNRS abrir a possibilidade da Coleta Seletiva realizada por cooperativas ou associações de catadores.

¹⁵ Empregando as noções bourdianas, entendemos o campo do *lixo*, associado diretamente ao do consumo, como um campo social estruturado em que as necessidades e os bens transitam da camada da população economicamente mais favorecida para as camadas populares. Nele, as necessidades de consumo de uns são vistas como possibilidade de suprimento pelo pós-consumo de outros, dentro de uma espécie de segregação socioespacial pelo consumo.

Com esse alerta aos saberes da prática com o *lixo*, buscamos estimular futuras pesquisas acadêmicas sobre o tema que possam contribuir com esse debate. Temos aqui, então, uma questão pedagógica, de produção de conhecimento que remete às formas de sociabilidade no espaço do galpão, que ensinam modos de ver, fazer e conhecer, este saber da prática. Pensar as práticas cotidianas com o *lixo* como experiência singular leva a abandonar a ideia de que os catadores necessitam meramente de capacitação técnica para a triagem dos materiais recicláveis, em detrimento da observação das habilidades acionadas na relação com seus pares, no cotidiano do galpão, onde o *lixo* ganha outro significado.

Fazer o desprezível ser prezado é coisa que me apraz.
(MANOEL DE BARROS, 2001, p. 103)

As condições para a circulação desses saberes da experiência com o *lixo* favorecem os contatos, as trocas e, portanto, a transmissão mais assegurada de valores culturais identitários que compõem o *habitus* catador. Nesse sentido, a herança cultural, valorizada, teria mais condições de ser apropriada no processo de convivência. Esse conhecimento não é adquirido na escola, mas na experiência no campo do *lixo*, é um recurso aberto, heterogêneo, que predispõe e potencializa o indivíduo a enfrentar os desafios e os limites dessa experiência. É possível, assim, pensá-lo como um capital cultural¹⁶ com outra significação, o “capital cultural dos desfavorecidos”, apreendido informalmente em heterogêneas experiências, no seu espaço de convívio social, na sua luta cotidiana pela sobrevivência, notadamente no contato com informações disponibilizadas pelos seus pares na troca e na reciprocidade no espaço do galpão.

Seguimos o olhar além do reducionismo econômico que centra atenção nesse contexto de resposta às adversidades de pobreza e desemprego, buscando não deixar de fora a análise das “artes de fazer” dos catadores no enfrentamento das

¹⁶ Capital Cultural é um “conceito que explicita um tipo de capital, um novo recurso social, fonte de distinção e poder em sociedades (ou grupos) em que a posse deste recurso é privilégio de poucos” (BOURDIEU, 1996, p. 32).

adversidades das relações que as envolvem cotidianamente e a sua condição de protagonista de sua própria história. Afinal, como bem nos alerta Marcos Reigota: “não podemos quantificar os significados do que é vivido por cada pessoa; no entanto, conhecê-lo torna-se fundamental na perspectiva da descoberta de uma história construída/vivida cotidianamente por sujeitos anônimos” (REIGOTA *et al.*, 2003, p. 9). E ainda: “os principais desafios estão relacionados ao tempo presente, em que as profundas mudanças mundiais (que se refletem no local) no espaço político, econômico e social começam a desenhar novos imaginários, novas cartografias que nos trazem para uma história não oficial, não linear e, portanto, uma nova geografia” (REIGOTA, 2002, p. 31) cartografada por sujeitos anônimos.

Os catadores distinguem os bairros de origem dos resíduos pela característica dos mesmos: “lixo pobre” que contém mais materiais biodegradáveis misturados e em decomposição, vindo de bairros cujos moradores com baixo poder aquisitivo; e “lixo nobre”, formado pelo descarte de muitas embalagens, identificando um maior consumo de produtos industrializados, originário de bairros de moradores ricos. Esse assunto é bastante presente nas *conversas cotidianas* no galpão: “No material que vem do Três Figueiras, vem muita coisa boa”, dizem. Isso demonstra que a segregação socioespacial urbana se expressa também pela qualidade e quantidade do material pós-consumo gerado nos distintos bairros da cidade, o que é detectado pelos catadores na prática cotidiana do galpão, que geo-grafam a cidade a partir do seu território.

O estigma do *lixo* faz com que haja, por parte dos catadores, um misto de orgulho e vergonha. A conotação pejorativa que o termo carrega, chamado de material pelos catadores, adverte quanto à existência de um processo de ressignificação desse nas práticas cotidianas no galpão, extrapolando para outros espaços. Essa ressignificação também é elemento fundamental na constituição do *habitus* catador que é importante no fortalecimento da identidade territorial do grupo. Nessa ressignificação, estão presentes elementos, tanto de conformismos, como de

contradições e conflitos, tanto de dominação, como de resistência. Assim, os catadores ressignificam o *lixo*, ordenam o mundo e dele apropriam-se a partir do galpão.

Necessitamos de estratégias criativas para a busca de uma gestão compartilhada de resíduos sólidos que contemple os princípios da justiça ambiental. No entanto, a mudança, para acontecer, demanda dos próprios catadores que assumam os avanços com a PNRS não como dádiva, mas como conquista da qual sejam os reais protagonistas e sigam lutando pela sua implementação. E é no território cotidiano que se tecem as redes que vão mostrando a real disposição desses atores em serem protagonistas, em seu empenho para a transformação social, partindo da mudança de suas próprias condições de vida e trabalho.

Consideramos a Educação Ambiental como uma importante interlocutora no diálogo entre comunidades, poder público, empresas e universidade, a fim de buscar um desenvolvimento local que contemple a diversidade e complexidade de cada contexto. A educação ambiental acrescenta uma especificidade à educação, que é compreender as relações sociedade-natureza e intervir sobre os problemas e conflitos ambientais, orientada por sensibilidades solidárias com o território, na formação de pessoas e grupos sociais capazes de identificar, problematizar e agir criticamente tendo como horizonte a justiça ambiental. Assim, sem desconhecer a disputa pelos sentidos atribuídos ao ambiental numa esfera de relações de poder, a educação ambiental¹⁷ segue tecendo redes no campo ambiental, encontrando na tematização dos conflitos e da justiça ambiental¹⁸ espaço para a convergência entre as reivindicações sociais e ambientais.

¹⁷ No campo do lixo, a Educação Ambiental revela-se como um processo contracultural e contra-hegemônico, que deve explicitar as contradições do sistema que não consegue resolver o problema – resíduos e sua gestão – que é consubstancial a seu funcionamento.

¹⁸ Que se configura como a busca do tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor, origem ou renda no que diz respeito à “elaboração, desenvolvimento, implementação e reforço de políticas, leis e regulamentações ambientais (BULLARD, 2004).

É possível perceber o foco da luta pelo reconhecimento da catação. A valorização da atividade pode se dar pela adoção de novos significados e pelos valores simbólicos ligados ao *lixo*, associados à reciclagem como forma de proteger o ambiente, positivando-o perante a sociedade que, cada vez mais, tem a consciência da necessidade de preservar. Entre vários objetos perdidos, sem identidade, formando um montão de *lixo*, no qual seria desagradável mexer, essa fatalidade imobilizadora se desfaz no espaço do galpão, onde esses objetos ganham outra significação, restaurando sua identidade como objeto existente a um determinado fim: reaproveitável ou reciclável, levantando-se assim a bandeira de que “*lixo não é lixo*”.

No território cotidiano da reciclagem de *lixo*, é possível observar como se constitui um conjunto de processos miúdos, pelos quais os catadores sublimam a precariedade do ambiente no qual realizam a atividade, atribuindo a ela elementos que podem até sugerir a obtenção de prazer. Isso é perceptível no tom de orgulho com que se referem a sua atividade, ou seja, a intensidade da luta vivida cotidianamente.

Eu sei a importância que tem nosso trabalho. É simples, mas mostra na prática e faz a pessoa que passa por aqui pensar antes de sair jogando *lixo* em qualquer lugar (fragmento das conversas no galpão).

A análise das representações sociais de ambiente dos catadores emerge, como elemento comum, a preservação ambiental associada à atividade da reciclagem: “com o nosso trabalho preservamos a natureza”, “poupamos árvores”, ou ainda, “evitamos a poluição”. Aqui vamos ao encontro da representação naturalista na qual o ambiente é formado apenas por flora e fauna, água, solo e ar, como tradicionalmente definido e, ainda, atribuindo à natureza “natural” a finalidade de uso humano (ou dizer, “poupamos arvores”, está implícito o porquê, para fazer papel), portanto, também poderia se classificar como antropocêntrica. Eventualmente, algumas conversas expressam a desigualdade socioeconômica tão gritante no processo: “nós

separamos materiais que os ricos descartam, recuperando para a reciclagem”. Mesmo não captando nenhuma menção ao ser humano como parte integrante do ambiente, isso pode não aparecer explicitamente, mas nas entrelinhas observa-se o sentido da prática como de sustento à vida. Assim, a positividade, associada à atividade da catação de *lixo*, remete diretamente ao modo como uma determinada parcela da comunidade a percebe, enquanto atividade produtora de valores socialmente reconhecidos, como a “preservação do ambiente”.

A identificação das representações sociais dos catadores é relevante na dimensão política da educação ambiental e na elaboração de alternativas para intervenção por meio da qualificação dos diálogos com esse grupo social. Ao expô-las, propicia-se, sem impor, a ampliação ou incorporação de elementos, trabalhando com essas representações de forma a torná-las mais reflexivas, críticas e pertinentes ao contexto, no sentido da justiça ambiental na cidade.

O mundo foi feito perfeito, nós precisamos de tudo... (silêncio) eu preciso deles para colocar o *lixo* e eles precisam de mim para manter a cidade limpa. (fragmento das conversas com catadores)

Ser humano todos nós somos, seja catador, seja médico, professor, é cidadão e tem que ser tratado com respeito. (fragmento das conversas com catadores)

As forças dinâmicas das representações sociais decorrem de sua inserção no território cotidiano da reciclagem, nesse contexto relacional. Dessa forma, é possível ressaltar os sentidos mais amplamente compartilhados pelos atores portadores das disposições comuns a esse *habitus* incorporado. Por conseguinte, o *habitus* catador desperta a necessidade de respeitar as normas e valores sustentados pelo grupo, o que lhes possibilita a convivência no galpão. Empregando a linguagem bourdiana, pode-se afirmar que, neste contexto, está sendo gestado o mais oculto e determinante dos investimentos educativos: a produção de um capital cultural do *lixo*.

Há certo discurso que sublinha a importância de ensinar, informar e sensibilizar as pessoas

para que estas mudem de atitude com relação aos resíduos, pois a reciclagem é vista como um avanço na “proteção do ambiente”, sendo, evidentemente, os catadores importantes agentes ambientais com competência e responsabilidade para atuarem na base desse processo. Nesse contexto, os catadores reelaboram suas concepções de mundo e criam suas representações em relação ao ambiente de acordo com o discurso sobre a reciclagem que os atravessa cotidianamente. O discurso é construído, ao longo dos anos, na relação com outros atores sociais, quais sejam assessores técnicos da Prefeitura, assessores de ONGs e outros, sob o próprio sentido, hegemonicamente atribuído à reciclagem pela sociedade. Os catadores possuem, assim, uma experiência particular em relação à noção de ambiente, pois este é elemento presente no seu cotidiano discursivo e, sendo assim, reconstróem suas impressões, experiências e definições sobre ele.

Homens (e mulheres), naturezas, mundos e saberes são diversos e diversas devem ser as formas de compreendê-los, para que se possa, desta forma, pensar a questão ambiental e tudo que ela envolve a partir de baixo e de diversos pontos. Assim, caberia aos povos historicamente oprimidos, [...] não mais um papel secundário ou simplesmente assistencialista no que se refere à sua inserção na temática ambiental. Ao invés de um “ambiental” feito **para** os “de baixo”, teríamos um **ambiental feito pelos de baixo** (CATTANEO, 2004, p. 100, grifos do original).

No galpão, observa-se que as representações são empregadas como táticas discursivas, relacionadas com a posição no jogo da reciclagem, levando em conta com quem e de onde se fala. É possível perceber, nessas táticas, esse “ambiental feito pelos de baixo” referido na citação acima, em uma representação globalizante de ambiente, vai tornando-se essencial na busca de alternativas para o equacionamento das chamadas problemáticas socioambientais urbanas relacionadas aos RSU. Primeiro, por incluir aspectos que extrapolam a perspectiva naturalista, pondo a vista os padrões de produção e consumo adotados pela sociedade contemporânea. Segundo, como decorrência do primeiro, deixa explícita a luta travada pelos catadores no cotidiano das grandes cidades,

por motivos econômicos, mas também táticos e estarem na busca por atribuir funcionalidades distintas das hegemônicas ao espaço urbano, forjando geografias alternativas na cidade.

Na sociedade contemporânea, consideramos extremamente relevante discutir as representações que as pessoas têm sobre o *lixo*, visto que estão associadas às formas como se estabelecem as relações sociais, afinal, a forma como tratamos nossas sobras diz muito sobre como nos relacionamos com o espaço que ocupamos. Alienamo-nos de nós mesmos por meio do modo de consumo, conseqüentemente, do sistema de descarte dos objetos dos quais nos servimos, pois os objetos deixam de ser simples produtos das atividades humanas. Dessa forma, na contemporaneidade, o *lixo* torna-se um forte indicativo que denuncia as relações sociais efêmeras, descartáveis e alienadas.

Ao viver do lixo, exibindo-o, os catadores obrigam a sociedade a olhar não apenas para eles, mas para o próprio modo de consumo que adota. Ao formar uma associação/cooperativa, e apropriarem-se do galpão, é permitido exercer o trabalho com dignidade, essa transformação está sempre sendo reforçada no discurso dos catadores: “Depois que nós ficamos organizados, adquirimos respeito e cidadania.” Desse modo, pode-se perceber que, reciclando o *lixo*, essas pessoas também se reciclam, resta saber se a sociedade se recicla a partir de um olhar para essa realidade, como parte dela.

PNRS e a luta dos catadores

A quem diga olé olé !
Olé olá!
Catador de norte a sul e de acolá!
Nesta marcha sem parar
Caminhar é resistir
E se unir é reciclar.

Xote da Marcha do Povo
Dimir Viana (MNCR, 2007)

De acordo com a estimativa feita pelo

MNCR, há cerca de dois milhões de catadores de materiais recicláveis atuando individualmente ou organizados em associações e cooperativas pelo Brasil. Esse movimento, formado no início dos anos 2000, organiza a luta pelos direitos dessa categoria e tem conquistado, cada vez mais, espaço no cenário nacional. A categoria foi legalmente reconhecida, incluída em programas municipais de Coleta Seletiva.

Conforme aponta uma pesquisa realizada na capital mineira, há gestões públicas municipais que se valeram desse modelo de “inclusão social dos catadores” como um passo para se “garantir o exercício da cidadania dos grupos tradicionalmente marginalizados” (DIAS, 2002, p. 62)., mas valendo-se disso para ganhar legitimidade pela sua “eficiência e habilidade” no trato com “grupos marginalizados, na sua promoção social” (ANDRADE, 2006, p. 90). Numa outra direção, a geógrafa Rosane Scolari (SCOLARI, 2006) demonstrou, em sua pesquisa envolvendo catadores da cidade de Erechim/RS, que a organização representa, fundamentalmente, a redução de preconceitos e a ressignificação da identidade dos catadores.

De uma maneira geral, as bibliografias acadêmicas sobre o assunto apontam para a possibilidade de uma maior organização dos catadores, preservação de recursos naturais, economia de energia, geração de trabalho e renda e redução de desperdícios¹⁹. Ricardo Dagnino realiza uma análise de conjuntura sobre a questão e demonstra que, apesar dos incentivos governamentais à reciclagem, o contexto político e econômico é balizado por uma estrutura de poder desigual. E aponta:

Este poder é estruturado devido à formação histórica de nossa sociedade e é também estruturante, no sentido de que restringe seriamente a capacidade de negociação do movimento dos catadores. Esta condição leva à necessidade de alterações estruturais que, somente no longo prazo e com o engajamento de outros setores da sociedade, parecem viáveis (DAGNINO, 2004, p. 109).

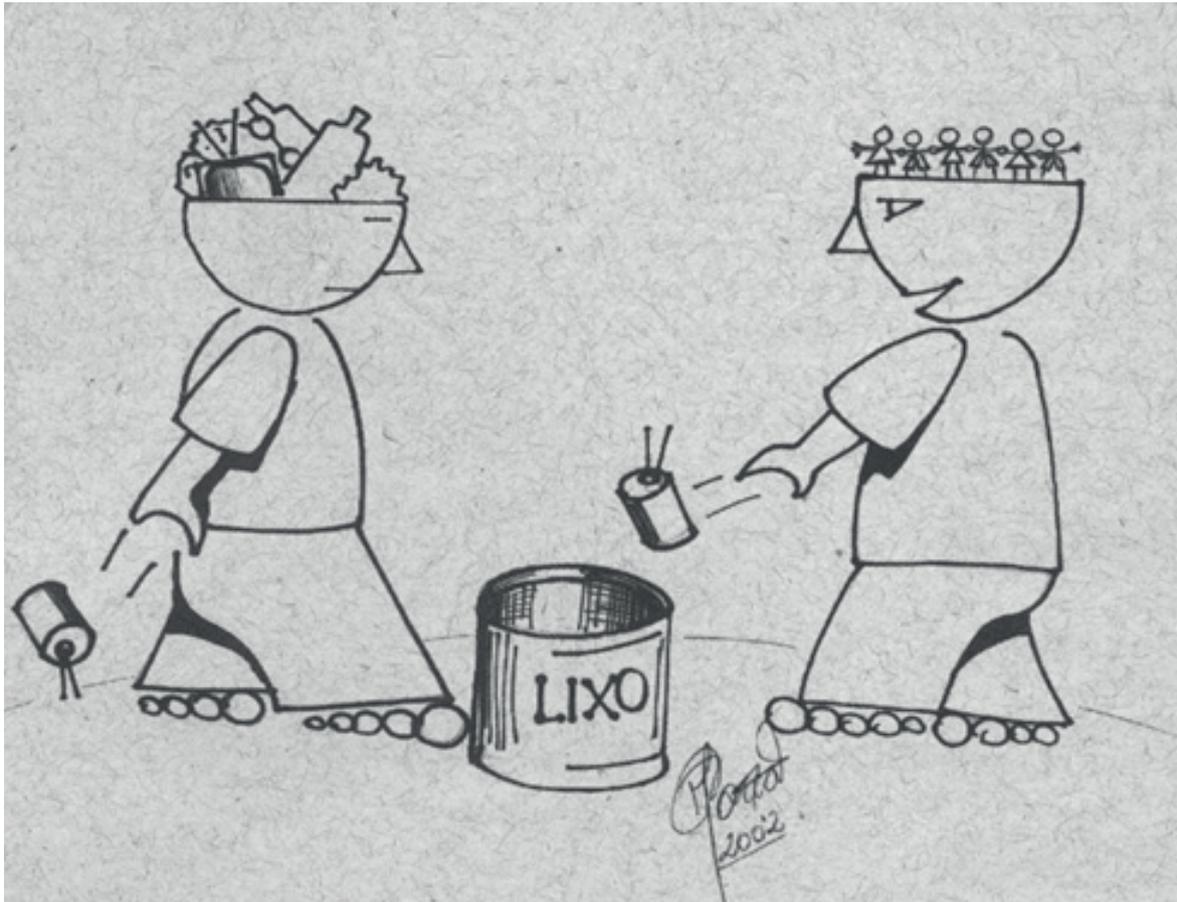
¹⁹ Entre elas citamos: MARTINS (2003); CALDERONI (1996); GRIMBERG & BLAUTH (1998).

Analisando os desafios enfrentados pela organização dos catadores via MNCR, observamos que embora o processo ainda possa parecer incipiente e frágil, os passos já foram dados no sentido do reconhecimento e fortalecimento dos catadores. Cabe ressaltar que a capacidade de lidar com os conflitos internos que cada grupo apresenta, e a qualificação de uma consciência enquanto catador, são elementos fundamentais para a construção da identidade coletiva. Afinal, as relações de trabalho nas associações de catadores, por vezes, reproduzem a mesma lógica de exploração dominante no mercado de trabalho competitivo, conduzidas pela hierarquia e pelo autoritarismo. Parece uma situação bastante contraditória que esse grupo venha a desenvolver relações solidárias de trabalho estando incluída em uma sociedade calcada no individualismo. Esse contraditório pode, por meio de estado de estranhamento de situações consideradas imutáveis ou dadas *a priori*, abrir espaço para “inéditos viáveis”²⁰. A solidariedade aparece como um princípio que costura as diferenças, fazendo com que a representação simbólica construída para o outro seja coerente e articulada em propostas que encubram as diferenças. Concordamos com o geógrafo Roberto Verdum quando aponta ser o vírus da autogestão que deva ser difundido como via alternativa para essa categoria, aproveitando-se a extrema carência de matéria-prima no setor de aproveitamento de materiais pós-consumo (VERDUM, 2000).

O coordenador do Fórum de Catadores de Porto Alegre, Alex Cardoso, considera que “a propaganda feita em torno dos benefícios da reciclagem de

²⁰ Um de nós empregou em um artigo acerca da relação entre educação ambiental e o fazer dos catadores (ROSADO, 2002) a categoria “inéditos-viáveis” proposta por Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido*, de tamanha importância e profundidade por sua riqueza semântica, que nos abre ao mundo genuinamente humano. Re-trabalhada por Freire em toda a sua obra, a categoria traduz, do campo dos sonhos possíveis, o seu modo de ser coerente com sua leitura de mundo. Para Ana Freire, é “Uma palavra que traz nela mesma o germe das transformações possíveis voltadas para um futuro mais humano e ético. Uma palavra que carrega no seu âmago, crenças, valores, sonhos, desejos, aspirações, medos, ansiedades, vontades e possibilidade de saber, fragilidade e grandeza humanas” (FREIRE, 2000, p.15).

Figura 3- Charge sobre o descarte de resíduos.



Fonte: Guia Lixo não é lixo (2002).

resíduos sólidos pelos municípios é muito bonita, mas o processo no país está sendo feito com base na extrema exploração dos catadores, ferindo inclusive os direitos humanos, porque está sob o controle de meia dúzia de empresas, formando quase que um cartel”, denuncia. No momento atual, poderíamos detectar grandes alterações na realidade do gerenciamento de resíduos sólidos urbanos, pois estamos a quatro anos da publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, que prioriza, para obtenção de recursos da União, os municípios que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outra forma de associação de catadores, formadas por pessoas de baixa renda. Conforme o MNCR: “menos de 40 municípios contrataram catadores para realizar a coleta seletiva e apenas 34% deles fizeram um

Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, isto é, a aplicação da lei caminha a passos lentos”. No Rio Grande do Sul, nove municípios – entre eles, Gravataí, Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Jaguarão e Santa Cruz do Sul – já contrataram catadores como responsáveis pela coleta seletiva de forma solidária e participativa e na educação ambiental dos moradores.

Para o MNCR, em geral, o que parece ocorrer é uma falta de confiança por parte das prefeituras na capacidade organizativa dos catadores, baseada na ideia de que, por estarem na situação de pobreza, não conseguirão dar conta do trabalho da coleta seletiva. E questiona se essas empresas, tão bem pagas com recursos públicos, estão realizando um bom trabalho e se fazem efetivamente a coleta em

todas as ruas ou se são os catadores que fazem esse trabalho, retirando os materiais recicláveis das ruas antes dos caminhões da coleta formal.

Evidentemente, para cumprir a PNRS serão necessárias a reestruturação e a organização da rede de reciclagem. Um dos argumentos empregados pelas prefeituras para não contratar os catadores é o da falta de infraestrutura para a realização dos serviços de coleta seletiva. Contrapondo esse argumento, o MNCR aponta que, mesmo sem equipamento e em condições precárias de trabalho, os catadores conseguiram colocar o país como um dos campeões mundiais na reciclagem de alumínio. Como proposta, o MNCR sugere a expansão da **Reciclagem Popular**, que reconhece e valoriza o trabalho do catador como protagonista desse processo. Nessa perspectiva, Alex Cardoso defende que as prefeituras façam contratos com as cooperativas de reciclagem, garantindo a infraestrutura, como a compra de equipamentos, e que pague pelos serviços ambientais que os catadores desenvolvem. Mas essa realidade ainda parece estar longe de ser alcançada.

Em Porto Alegre, depois de inúmeras reuniões, o Fórum dos Catadores de Porto Alegre (FCPOA) e o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) firmaram um acordo com base na catação dos recicláveis e o envolvimento de catadores nesse trabalho. O convênio contempla o fornecimento, pela prefeitura, de toda a infraestrutura para os galpões e garante o custeio da manutenção das instalações, com R\$ 2.500,00 por mês, mas não há envolvimento dos catadores com a Coleta Seletiva Formal, que permanece sendo realizada por uma empresa privada. Entre as ações de planejamento presentes no Plano Municipal de Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos de Porto Alegre, publicado em agosto de 2013, há previsão de realização de um estudo/projeto piloto para a contratação de cooperativa/associação de catadores, para execução do serviço de coleta seletiva, conforme prevê a PNRS.

Para colocar a PNRS em prática, será necessário o enfrentamento de questões como a extinção dos lixões, a formalização da relação das prefeituras com as cooperativas e associações de catadores,

os investimentos a serem feitos na cadeia e a destinação final a ser dada aos resíduos, entre outras. É necessário envolver e conscientizar a sociedade civil sobre as metas prioritizadas na PNRS, de reflexão acerca do consumo, redução, reutilização, reciclagem dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. A mobilização dos catadores é imprescindível para que se atinjam diversos setores da sociedade, com a finalidade de promover as mudanças culturais e na direção da sustentabilidade ambiental. Para nós, fica demonstrado que a principal luta dos catadores de materiais recicláveis é por serem protagonistas e não apenas objetos de políticas públicas de implantação dos planos de gestão de resíduos sólidos, sendo seu envolvimento e incorporação fundamentais em um sistema de gerenciamento efetivamente **integrado** de resíduos sólidos gerados na cidade.

Provocações finais

As alternativas, que se forjarem com relação à gestão dos resíduos sólidos secos recicláveis da cidade, serão efetivas se emergirem dos catadores, representarem seus anseios, aproximando da realidade desse grupo social e que ultrapassem unicamente a necessidade de manutenção de espaços físicos para realização da atividade da catação. Pensamos que os catadores estão na busca de táticas para, de certa maneira, resistir ao controle do campo do *lixo* e na procura dessas podem desacomodar as demais posições no jogo da reciclagem. Isso pode forjar uma nova forma de gerenciar os resíduos recicláveis da cidade, na qual esses atores assumam centralidade, legitimados pelo poder público local.

Tomando-se o estado de constante exposição de si como traço distintivo de sua condição urbana, o enfoque parece estar atualmente nessas táticas “mobilizadas”, de quem atua nas ruas, que envolvem o questionamento prático das funcionalidades estabelecidas, tanto nos espaços públicos ocupados, quanto dos materiais descartados encontrados nas ruas da cidade.

Enquanto modo de mobilizar-se no espaço urbano, criando territórios efêmeros e dispersos, os catadores seguem em uma forma ativa de relação com o meio urbano, nos “territórios cotidianos da reciclagem”.

A educação ambiental, a qual nos inscrevemos, pertence ao domínio do pensamento crítico, proporcionando os meios básicos para as pessoas compreenderem as relações econômicas responsáveis pelo estilo de vida ambientalmente predatório e excludente. Assim, dentro do âmbito da atividade da catação de *lixo*, torna-se necessário e urgente considerar o papel dos catadores enquanto agentes fundamentais, cuja prática cotidiana concretiza essa instituição chamada reciclagem. Afinal, 90% do material reciclável que chega às indústrias recuperadores passam, inicialmente, pelas mãos dos catadores. Ao contrário dos que assumem posição estratégica no jogo do *lixo*, mesmo estando na base do processo da reciclagem e contemplados pela legislação vigente, esses atores ainda lutam por reconhecimento.

O não-envolvimento com a reciclagem de forma direta, por boa parte da população geradora de *lixo*, piora a qualidade do material que chega ao galpão devido à contaminação dos materiais misturados aos resíduos secos recicláveis. Isso reforça uma representação social negativa do *lixo*, que transborda para a atividade da catação. Uma vez contaminada simbolicamente com o *lixo*, a imagem de catador afeta a formação de sua identidade, mas esse elemento estigmatizador no galpão pode vir a fortalecer as relações internas. Embora para uma pequena parcela dos catadores, a atividade seja vista como temporária, isto é, abandonada com o surgimento de oportunidade de emprego, para a maior parte essa atividade é considerada digna e louvável, por ser associada à preservação ambiental e, portanto, ao interesse público.

Procurou-se, com as provocações na “esteira do galpão”, abrir a possibilidade de se pensar em uma forma de gestão de resíduos sólidos secos recicláveis, trazendo à tona a dimensão política da Educação Ambiental, que é contrária à homogeneização dos espaços na cidade. O

território cotidiano da reciclagem, ao mesmo tempo, é parte e disputa deste território desconhecido e incompreensível que é a cidade.

Na busca de sentido, interpretamos que a relação entre os catadores e o poder público se dá a partir de uma dialética inclusão/exclusão, de protetor/sufocador. As políticas públicas vinculadas ao Programa Municipal de Coleta Seletiva, por vezes impulsionam, por vezes diminuem a possibilidade de construir a autonomia pelas relações paternalistas e clientelistas que estabeleceram com as associações de catadores. Reforçamos que a comunidade de catadores quer ser protagonista e não objeto de políticas públicas de gestão de resíduos sólidos; sua incorporação é fundamental nos sistemas de gerenciamento **integrado** de resíduos sólidos urbanos que se pretendam efetivamente integrados.

Os conflitos socioespaciais envolvidos na gestão dos resíduos sólidos urbanos revelam a possibilidade de realização de uma gestão ambiental urbana na qual se leve em conta o convívio respeitoso com as diferenças e o direito à cidade, revelando os limites de uma gestão homogênea. Trata-se, portanto, de um contexto no qual as necessidades de sobrevivência perpassem as práticas de apropriação do espaço urbano levando em conta as situações críticas de uso do espaço urbano, como a catação de *lixo*.

Após “catar leituras na esteira do galpão” interpretamos que as conquistas desse grupo social, a partir da implementação da PNRS, pela participação no MNCR, vão além do reconhecimento da profissão catador e reforçam a existência de territórios cotidianos da reciclagem. As realidades socioespaciais se vêm transformadas nesse contexto, afinal, ao buscar novas articulações, novas redes, no reciclar das relações, constituindo novas territorialidades no espaço urbano, os catadores se mantêm vivos e ativos no jogo do *lixo*, na cidade.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Luiz Antônio. Reciclando Vidas ou Reutilizando sua Sujeição? Reflexões Sobre Produção do Espaço, Cidadania e Inclusão Social na ASMARE. **Revista Geografias**, UFMG, vol. 2, n° 1 (78-91), 2006.
- BARROS, Manoel de. **Livro de pré-coisas**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. 145 p.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 256 p.
- BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad**. Barcelona: Paidós, 1998.
- BINDÉ, Jérôme. **Les Clés du XXIe. Siècle**. Paris: Unesco, Seil, , 2000, p. 9-36.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.
- BRASIL. [Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010]. Política nacional de resíduos sólidos. 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.
- BRASIL. **MDS**, 2013, disponível em <http://www.cidadessustentaveis.org.br/residuos/publicacao-residuos-solidos-programa-cidades-sustentaveis-baixa.pdf>.
- BULLARD, Robert. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, Henri; PÁDUA, José Augusto de; HERCULANO, Selene (orgs). **Justiça ambiental e cidadania**. São Paulo: Relume Dumará, 2004, p. 79.
- CALDERONI, Sabetai. **Os bilhões perdidos no lixo**. São Paulo: Humanitas, 1996.
- CARDOSO, Alex. “Reciclagem de resíduos sólidos: a propaganda é bonita, mas o processo explora os catadores”, disponível no site <http://www.mncr.org.br>. Acessado em 24/06/2014.
- CATTANEO, Dilermando. **Identidade territorial em Unidades de Conservação: ponto de apoio para uma análise epistemológica da questão ambiental**. 2004. 119 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia / Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- COLETTI, Diego; ROSADO, Rosa M. Por uma cartografia da reciclagem de Porto Alegre: economia informal, dimensão socioambiental e cultural. In: X COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRITICA, Porto Alegre, RS, Brasil, 2007.
- DAGNINO, Ricardo. **Um olhar geográfico sobre a questão dos materiais recicláveis em Porto Alegre: sistemas de fluxos e a (in)formalidade, da coleta à comercialização**. Monografia de conclusão de curso - Geografia-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em: <http://www.archive.org/download/ricardo_dagnino_um_olhar_geografico/Ricardo_Dagnino-Um_olhar_geografico.pdf> Acesso em: 2 de set. de 2007.
- DIAS, Sônia M. **Construindo a cidadania: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a ASMARE**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 16ª ed., 1988.
- GRIMBERG, Elizabeth; BLAETH, Patrícia. **Coleta Seletiva: Reciclando Materiais, Reciclando Valores**. São Paulo: Instituto Pólis, 1998, 104 p.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: Ed. UFF, São Paulo: Contexto, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 395 p.
- HEIDRICH, Álvaro. Fundamentos da Formação do Território Moderno. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n° 23, AGB - Seção Porto Alegre, 1998.
- HEIDRICH, Álvaro. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- HEIDRICH, Álvaro. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: SPÓSITO, Eliseu; SAQUE, Marcos A.; RIBAS, Alexandre D. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Ed. Unioeste, 2004
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Ed. Anthropos, 2000.
- MAGERA, Márcio. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. Campinas: Editora Átomo, 2003.
- MARTINS, Clitia. **Trabalhadores na reciclagem de lixo: Dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento**. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de pós-graduação em Sociologia - IFCH- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- REIGOTA, Marcos. **Meio Ambiente e representação social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- REIGOTA, Marcos, POSSAS, R., RIBEIRO, A. (orgs.). **Trajatórias e narrativas através da educação ambiental**, Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- RODRIGUES, José Carlos. **Higiene e ilusão: o lixo como invento social**. Rio de Janeiro: NAU, 1995.
- ROSADO, Rosa Maris. **Na esteira do galpão: catando leituras no território cotidiano da reciclagem do lixo de Porto Alegre/ RS**. Porto Alegre: IGEO/UFRGS; 2009.

- ROSADO, Rosa Maris. Uma leitura bourdiana do jogo do lixo. **Interacções**, v. 5, p. 230-253, 2009a.
- ROSADO, Rosa Maris. Galpões de Reciclagem : Espaços Educativos. In: Lia Sholze; Saete Campos; Simone Ferreira. (Org.). **Educação Ambiental**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2002.
- SACK, Robert David. **Human Territoriality**. Its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- SCOLARI, Rosane D. **Ressignificação da identidade através do trabalho e moradia dos catadores de material reciclável da Associação de Recicladores Cidadão Amigos da Natureza do município de Erechim (RS)**. 2006. Dissertação (Mestrado de Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia - Instituto de Geociências - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/ RS. 2006.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná de *et al.* (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A. 2006. p. 75-166.
- VERDUM, Roberto. Ciclo do papel, da coleta ao processamento: personagens e estrutura. In: SUERTEGARAY, Dirce e VERDUM, Roberto (orgs). **Ambiente e lugar no urbano: A Grande Porto Alegre**. Ed. UFRGS, Porto Alegre, RS. 2000.